

SEGURANÇA PÚBLICA – BRASIL II

O Anuário da Segurança e o Anuário da Violência apresentam dados que permitem realizar um diagnóstico detalhado da violência no Brasil. Ao se analisar qual estado brasileiro aparece pelo segundo ano consecutivo como o mais violento, observa-se que não se trata do Rio de Janeiro. A violência não é medida em números absolutos, mas pela proporção de homicídios a cada grupo de 100 mil habitantes. Assim, estados mais populosos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, naturalmente apresentam números absolutos maiores, porém, proporcionalmente, não figuram no topo do ranking. Por essa razão, as regiões Nordeste e Norte aparecem nas primeiras colocações.

Feminicídios e mortes de crianças e adolescentes crescem em meio à queda da violência no Brasil, mostra Anuário da Segurança

Parte das mulheres foi vítima mesmo estando sob medida protetiva. Alta nas vítimas menores de idade é puxada pela morte de adolescente pelas polícias, que, no total, fizeram menos vítimas. Para Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), alta nos registros de desaparecimentos pode estar ocultando assassinatos.

Por **Arthur Stabile**, g1 — São Paulo
24/07/2025 09h00 · Atualizado há 2 meses

Os dados apontam que feminicídios e mortes de crianças e adolescentes cresceram, mesmo diante da queda geral da violência no país. O que cresce de forma significativa são os feminicídios e as mortes de crianças e adolescentes. Outros crimes apresentam redução. Parte das mulheres vítimas de feminicídio possuía medida protetiva. O aumento das vítimas menores de idade é puxado, sobretudo, pela morte de adolescentes em ações policiais, embora o número total de mortes provocadas pela polícia tenha diminuído.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a alta nos registros de feminicídio, de mortes de crianças e adolescentes e também nos desaparecimentos pode ocultar assassinatos. Casos de crianças e adolescentes desaparecidos podem estar relacionados a mortes cujos corpos não foram localizados, inclusive em decorrência de ações policiais ou do tráfico. Crianças e adolescentes são vítimas de uma realidade marcada pela violação de direitos e pela vulnerabilidade social. Há registros de mortes praticadas também pelo tráfico, como em casos em que o chamado “tribunal do crime” executa crianças por

pequenos furtos, embora casos específicos nem sempre sejam facilmente encontrados em pesquisa imediata.

Os dados indicam ainda o aumento do desaparecimento e da morte de crianças e adolescentes, muitas vezes cooptados pelo tráfico, especialmente quando são jovens negros, moradores de áreas periféricas e com ensino fundamental incompleto, grupo que apresenta alta probabilidade de não ultrapassar os 24 anos de idade. Mortes de adolescentes e jovens frequentemente decorrem de conflitos entre gangues e facções criminosas.



Feminicídios batem novo recorde

O Brasil teve 1.492 feminicídios em 2024, maior número desde 2015, quando a legislação brasileira passou a definir esse crime, e uma alta de 1% em relação a 2023.

A maior parte das vítimas de feminicídio em 2024

- era mulher negra (64% das vítimas),
- tinha 18 e 44 anos (70%),
- foi assassinada dentro de casa (64%),
- por um homem (97%),
- pelo companheiro ou ex-companheiro (80%),
- e foi morta por uma arma branca (48%), como uma faca, por exemplo.

O Brasil registrou aumento nos casos de feminicídio e estupro em 2024. Foram contabilizados 1.492 feminicídios, o maior número desde 2015, representando alta de 1% em relação a 2023. A maior parte das vítimas era negra, adulta, assassinada dentro de casa, por arma branca e por companheiros ou ex-companheiros. Mesmo com a Lei Maria da Penha, que completará 20 anos em 2026, e apesar do endurecimento das penas, as taxas de feminicídio continuaram a crescer. Em 2025, o Supremo Tribunal Federal decidiu que não pode ser utilizada a vida sexual pregressa da vítima como elemento de defesa nos julgamentos de feminicídio, decisão necessária diante de absolvições baseadas nesse tipo de argumentação.

Mortes pela polícia caem, mas menos que outros assassinatos

No conjunto do país, as mortes por policiais – em serviço ou de folga – caíram. Foram 6.243 vítimas, um recuo de 3,1% em relação a 2023.

A queda, entretanto, foi menor do que a de outras mortes violentas. Por isso, a participação das mortes pela polícia no total subiu: foi de 13,8% do total para 14,1%.

Segundo o Fórum, mesmo estados com polícias menos violentas – que respondem por menos de 10% das mortes – tiveram aumento: Maranhão, Piauí, Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Alagoas e Minas Gerais – que lidera esse grupo, com alta de 38,5%.

As mortes provocadas por policiais, em serviço ou de folga, diminuíram no Brasil, alcançando 6.243 vítimas, uma queda de pouco mais de 3%. Entretanto, a redução foi menor do que a queda observada em outros tipos de homicídio, aumentando proporcionalmente a participação das mortes decorrentes de intervenção policial no total de mortes violentas. Estados tradicionalmente menos violentos também apresentaram aumento relativo, como Maranhão, Piauí, Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Alagoas e Minas Gerais, que lidera o grupo com 38,5%. Observa-se predominância de estados nordestinos nos primeiros lugares, o que se explica pela desigualdade estrutural: regiões onde os ricos são muito ricos e os pobres muito pobres apresentam índices mais elevados de violência.

A diminuição acontece, segundo o estudo, pelos seguintes fatores:

- Implementação de políticas públicas de segurança orientadas por evidências, com programas de gestão por resultados e iniciativas multissetoriais de prevenção à violência;
- mudanças demográficas pelas quais passa o país, com redução do número de adolescentes e jovens na população, grupo historicamente mais exposto à violência letal;
- políticas de controle de armas;

A diminuição de algumas taxas de criminalidade decorre, segundo o estudo, da implementação de políticas públicas de segurança orientadas por evidências, de programas de gestão por resultados, de iniciativas de prevenção à violência e de mudanças demográficas,



como a redução relativa da população de adolescentes e jovens. Também contribuíram as políticas de controle de armas adotadas após a troca de governo; enquanto no governo anterior havia maior facilidade para adquirir armas (especialmente para CACs), as restrições foram intensificadas, aumentando a burocracia para dificultar o acesso generalizado a armamentos. O tema, contudo, permanece controverso entre especialistas.

Alguns especialistas afirmam que a própria população deve buscar meios de defesa, uma vez que não seria possível contar apenas com a atuação policial. Segundo essa perspectiva, o cenário de violência, especialmente os assaltos, exigiria que as pessoas andassem armadas.

Por outro lado, há especialistas que defendem que essa não é a solução adequada e que tal abordagem trataria o problema de forma equivocada. De acordo com essa visão, a redução da violência depende da ampliação de oportunidades. Para isso, seria necessário investir em mais escolas em tempo integral, em unidades de saúde como UPAs, UBSs e hospitais, além de atividades esportivas e culturais destinadas à população mais vulnerabilizada. Assim, enfatiza-se que a criação de condições e oportunidades para os jovens é essencial para evitar que sejam cooptados e inseridos no tráfico.

Os locais mais violentos

As 10 cidades mais violentas do país se concentram no Nordeste. Todas, segundo o Fórum, enfrentam justamente conflitos de facções pelo controle da criminalidade local e o tráfico de drogas.

Os estados com maiores taxas de violência por 100 mil habitantes são Amapá (45,1), Bahia (40,6) e Ceará (37,5). Já os com menores são São Paulo (8,2), Santa Catarina (8,5) e Distrito Federal (8,9).

O ranking dos estados mais violentos é liderado pelo Amapá, seguido pela Bahia e pelo Ceará. Pelo segundo ano consecutivo, o Amapá lidera o ranking, repetindo a posição ocupada em 2023. O estado apresenta intensa atividade do narcotráfico, sendo utilizado como rota por traficantes brasileiros e colombianos para escoar cocaína, sobretudo em direção à Europa, o que o torna ponto estratégico do crime organizado.

SUSP – SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA

No âmbito institucional, destaca-se o SUSP – Sistema Único de Segurança Pública. Há proposta para inserir o SUSP na Constituição Federal de 1988 por meio de uma PEC da Segurança Pública. O SUSP é um sistema informatizado que reúne informações de segurança pública. Diante da dificuldade histórica de compartilhamento de dados entre estados, uma pessoa procurada em uma unidade da federação pode não ser localizada caso esteja em

outra. O sistema busca integrar dados e facilitar investigações. Embora tenha sido criado em 2017, ainda é pouco conhecido. A proposta atual pretende não apenas constitucionalizá-lo, mas também criar um fundo que garanta recursos para seu funcionamento.

A proposta se baseia em alguns pilares principais:

- Constitucionalização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)
- Já previsto em lei, o SUSP passaria a ser referendado pela Constituição Federal, fortalecendo seu status.
- A União passaria a coordenar um sistema nacional para integrar e padronizar a atuação das forças de segurança em todo o território nacional, inclusive polícias militares, civis e penais, além do sistema penitenciário.

Existem, contudo, controvérsias. A maioria dos governadores é contrária à medida, argumentando que a União estaria interferindo em competências estaduais. Especialistas também demonstram preocupação com a centralização de informações sensíveis de segurança pública em um único sistema, temendo vazamentos que possam beneficiar grupos criminosos.



15m

Há polêmica em torno da PEC da Segurança Pública. Nem todos os agentes políticos e autoridades são favoráveis às mudanças propostas. Já previsto em lei desde 2017, o SUSP passaria agora a ser referendado pela Constituição, fortalecendo seu status institucional. A União assumiria a coordenação de um sistema nacional que integraria e padronizaria a atuação das forças de segurança em todo o território nacional. Essa coordenação federal da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Penal e do sistema penitenciário é um dos principais pontos de discordância dos governadores, que já manifestaram oposição à medida.

Constitucionalização de fundos para financiamento: o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), que financiam projetos e ações dos setores, também ingressariam no texto da Constituição. Os recursos dos fundos são distribuídos entre os entes da federação e não podem ser contingenciados.

Fortalecimento das atribuições da União: a União passaria a ser responsável pela definição da política e do plano nacional de segurança pública e defesa social e pelo estabelecimento de normas gerais sobre segurança pública e sistema penitenciário.

A PEC também prevê a constitucionalização dos fundos responsáveis por financiar o SUSP: o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário Nacional. Esses fundos financiam projetos e ações do setor, têm seus recursos distribuídos entre os entes federados e não podem ser contingenciados, o que reforça sua importância.

Há ainda o fortalecimento das atribuições da União, que passaria a definir a política e o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Nacional, além de estabelecer normas gerais sobre segurança pública e sistema penitenciário. Essa ampliação de competências federais

é criticada por alguns governadores, que consideram a medida uma interferência indevida. A União, por sua vez, defende que se trata de coordenação e planejamento eficientes.

Criação da Polícia Viária Federal (PVF): a Polícia Rodoviária Federal (PRF) seria convertida, em um novo órgão, a Polícia Viária Federal (PVF), com a atribuição de patrulhar todas as vias federais – estradas, ferrovias e hidrovias.

Autonomia para corregedorias e ouvidorias: as corregedorias das forças de segurança teriam autonomia na investigação de condutas funcionais. Além disso, os estados e os municípios teriam a obrigação de instituir ouvidorias independentes para o tema da segurança pública.

A PVF poderia ser empregada emergencialmente para proteger bens federais e apoiar forças estaduais e distritais. A nova corporação não interferiria nas funções e atividades das polícias judiciárias.

Ampliação do papel das guardas municipais: as guardas municipais, que hoje existem apenas para fazer a proteção de bens e instalações municipais, seriam autorizadas a fazer policiamento ostensivo e comunitário. Essas corporações ficariam sujeitas ao controle interno, através de ouvidorias, e externo, pelo Ministério Público.

A PEC prevê também a mudança do nome da Polícia Rodoviária Federal para Polícia Viária Federal, que passaria a atuar em estradas, ferrovias e hidrovias. Essa força federal poderia ser empregada emergencialmente para proteger bens federais e apoiar forças estaduais e distritais. Outro ponto destacado é a ampliação do papel das guardas municipais, conforme já discutido anteriormente, e o aumento da autonomia das corregedorias e ouvidorias, a fim de reduzir o corporativismo e fortalecer a investigação de má conduta de agentes de segurança.

PCC: COMO CRIMINOSOS USAVAM FINTECHS PARA LAVAR DINHEIRO E SONEGAR BILHÕES EM IMPOSTOS

Nesse tipo de conta, a fintech não precisa informar às autoridades o nome dos clientes e os valores que eles movimentam.

Segundo os investigadores, o PCC usava a fintech BK Bank para operar o dinheiro ilícito e recorria às chamadas contas-bolsão.

Foram descobertas operações do PCC envolvendo o uso de fintechs para lavagem de dinheiro e sonegação de impostos. Essas empresas, por não possuírem originalmente a mesma obrigação de repassar informações ao Banco Central que os bancos tradicionais possuíam, foram utilizadas pela facção criminosa para movimentações ilícitas.

Além do uso de fintechs, o PCC também operava por meio de postos de gasolina – incluindo postos vinculados ao Corinthians –, lojas de conveniência e importação de metanol através do Porto de Paranaguá, utilizado para adulterar combustíveis. Os recursos obtidos eram



reinvestidos na Faria Lima em grandes grupos da Bolsa de Valores, para ampliar a lavagem de dinheiro. Recentemente, uma portaria da Receita Federal modificou as regras e tornou obrigatório que fintechs repassem as mesmas informações exigidas de bancos tradicionais.

Operação destrói 150 escavadeiras e causa prejuízo de mais de R\$ 226 milhões ao garimpo na Terra Indígena Sararé em MT

No total, foram localizados 14 bunkers, com estoques de alimento e grande quantidade de equipamentos e insumos diversos para as atividades ilegais. Suspeitos fugiram após a intensificação do confronto.

Por **Rogério Júnior**, g1 MT

04/10/2025 07h00 · Atualizado há 2 dias

Em outra frente de atuação policial, uma operação destruiu 150 escavadeiras, causando prejuízo superior a 226 milhões de reais ao garimpo ilegal na Terra Indígena Sararé, no Mato Grosso. Esse território se tornou um dos mais devastados do país devido à exploração ilegal de ouro intensificada nos últimos dois anos, associada à presença de integrantes do Comando Vermelho. Membros da facção, armados e escondidos dentro da terra indígena, estão sendo investigados também por destruição na Terra Yanomami, em Roraima. Foram encontrados 14 bunkers com alimentos, equipamentos e insumos para atividades ilegais. Em um dos abrigos havia armas de fogo, incluindo um fuzil 5.56 mm e duas espingardas calibre 12.

Suspeito de matar líder quilombola Mãe Bernadete é preso na Bahia

Josevan Dionisio dos Santos, conhecido como 'BZ' ou 'Buzuim', foi encontrado na manhã desta sexta-feira (12), em Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador.

Por **g1 BA**

12/09/2025 07h53 · Atualizado há 3 semanas

Ressalta-se também a prisão, na Bahia, do suspeito de matar a líder quilombola Mãe Bernadette. José Vandionise dos Santos, conhecido como BZ ou Buzuim, foi detido em Simões Filho, região metropolitana de Salvador. O filho de Mãe Bernadette, Binho, também havia sido assassinado anteriormente. Os crimes revelam conflitos envolvendo comunidades quilombolas e indígenas, que vêm sendo alvo de ataques por garimpeiros, madeireiros

e fazendeiros que contestam a existência desses territórios e buscam expulsar essas populações para expandir atividades econômicas.

A violência contra povos indígenas é tema recorrente. Em 2021, o número de casos de violência contra indígenas atingiu o maior patamar dos últimos nove anos, segundo relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), vinculado à CNBB. O relatório, elaborado com entidades e associações representativas, mostra que em 2021 foram registrados 355 casos de violência contra indígenas, enquanto em 2020 foram 304 ocorrências.

Entre as questões discutidas estão: a definição da violência contra povos indígenas e a apresentação de exemplos de ataques cometidos contra essas populações; e a proposição de medidas que enfrentem as causas mencionadas e contribuam para a redução da violência.

Outro caso recente é o assassinato de um jovem Guarani-Avá, de 21 anos, decapitado na cidade de Guaíra, no oeste do Paraná. O corpo foi abandonado em um milharal próximo à aldeia e, ao lado da cabeça, foi encontrada uma carta com ameaças dirigidas à comunidade indígena que luta pela retomada do território. A carta, assinada pelo “bonde 6 do NCSO”, reproduz discursos disseminados pelo agronegócio e pela imprensa local, classificando os indígenas como “paraguaios invasores” e alegando falsa ligação com o PCC. O crime teria sido cometido por jagunços contratados por fazendeiros, evidenciando que facções e grupos criminosos não atuam apenas em centros urbanos, mas também no campo.



DIRETO DO CONCURSO

01. (IDESG/PREFEITURA DE CARIACICA – ES/CIENTISTA SOCIAL/2025) A violência, enquanto fenômeno social, apresenta múltiplas dimensões. Sobre as causas e consequências da violência nas sociedades contemporâneas, assinale a alternativa correta:

É resultado de conflitos intergeracionais, sem relação com desigualdades estruturais.

É limitada ao contexto urbano, sem relevância para as áreas rurais.

Envolve múltiplos fatores, como desigualdades, exclusão social e disputas de poder.

Está exclusivamente vinculada a fatores econômicos, desconsiderando questões culturais.



a) Afirma que a violência seria resultado de conflitos intergeracionais, decorrentes apenas de diferenças de pensamento entre gerações, sem relação com desigualdades estruturais. A violência apresenta forte relação com desigualdades.

b) Sugere que a violência se limita ao contexto urbano, porém o cenário rural igualmente apresenta altos índices de violência.

c) Aponta que a violência envolve múltiplos fatores, como desigualdade, exclusão social e disputas por poder, o que está de acordo com os elementos analisados.

02. (SELECON/SENAPPEN/ANALISTA TÉCNICO EM CIÊNCIA SOCIAL/2025) A violência estrutural está difundida por toda sociedade. Uma das características centrais da violência estrutural reside na:

Eficácia das políticas públicas em mitigar os efeitos das desigualdades sociais e econômicas. Visibilidade e reconhecimento imediato das causas da violência pela sociedade como um todo.

Intencionalidade direta de um agente específico em causar dano ou morte a um indivíduo ou grupo.

Naturalização da morte como uma consequência previsível e aceitável para certos grupos sociais, em decorrência de condições estruturais.



Reconhece-se a existência de machismo estrutural, racismo estrutural e violência estrutural. Quanto à eficácia das políticas públicas em mitigar seus efeitos, observa-se que tais políticas não têm apresentado os resultados esperados para a redução das desigualdades. Infelizmente, as políticas públicas não têm se mostrado suficientemente eficazes. O programa Bolsa Família, por exemplo, ameniza situações de vulnerabilidade, mas não tem promovido uma redução substancial da desigualdade na sociedade brasileira, o que contribui para a manutenção de altas taxas de violência.

É mencionada a visibilidade e reconhecimento imediato das causas da violência pela sociedade em geral; porém, essa visibilidade e esse reconhecimento não ocorrem. A alternativa que trata de intencionalidade direta de um agente específico em causar dano ou morte a indivíduos ou grupos não se aplica ao fenômeno em análise.

Atualmente, verifica-se que a morte tem sido naturalizada, sendo considerada por muitos como uma consequência previsível e aceitável para determinados grupos sociais em decorrência de condições estruturais. Exemplos como mortes de pessoas negras moradoras de periferias ou de indígenas perseguidos e com suas terras tomadas demonstram essa naturalização, que não deveria ocorrer.

03. (SELECON/SENAPPEN/ANALISTA TÉCNICO EM CIÊNCIA SOCIAL/2025) Existem vários tipos de violência, como a simbólica, a física, a verbal etc. Quem vive em família está sujeito à violência doméstica. Estatisticamente, o principal alvo da violência doméstica são:

a) Os homens idosos.

- b) As mulheres idosas.
- c) As crianças com menos de seis anos.
- d) Os adolescentes com mais de 12 anos.



Casos como o do menino Bernardo, que originou a Lei Bernardo, e o do menino Henry Borel ilustram essa realidade. Assim, crianças de até seis anos constituem o grupo mais violentado e agredido no ambiente doméstico.

04. Anthony Giddens, em seu livro “Sociologia”, afirma que a casa é, de fato, o lugar mais perigoso da sociedade moderna. Para dar validade à sua afirmação, ele diz que:

- a) Em termos estatísticos, uma pessoa estará mais sujeita à violência em casa do que em uma rua à noite.
- b) A casa oferece muitos objetos e obstáculos para as crianças, oferecendo mais possibilidade de perigo.
- c) Nem sempre os pais estão em casa, fazendo com que as crianças, principalmente do sexo feminino, estejam mais vulneráveis à violência.
- d) A casa deixou de ser o asilo inviolável da pessoa, tendo em vista que hoje é facilmente violada por pessoas perigosas, com intenção de causar dano aos moradores.



Em termos estatísticos, uma pessoa está mais sujeita à violência dentro de casa do que na rua durante a noite. A ideia de que a casa oferece muitos objetos e obstáculos para as crianças não se aplica ao contexto apresentado. A alternativa que sugere que a vulnerabilidade estaria associada à ausência dos pais, especialmente no caso de crianças do sexo feminino, também não corresponde à realidade, pois a violência pode ocorrer mesmo com a presença de responsáveis no ambiente doméstico.

A casa não deixou de ser um asilo inviolável por ser violada por pessoas perigosas externas; na verdade, o ambiente doméstico pode ser um espaço de violência porque nele há risco de abuso sexual, agressões, humilhações e outras formas de violência praticadas por pessoas próximas.

05. (IDECAN/CRA-MA/ADMINISTRADOR FISCAL/2014) Segundo informações do Almanaque Abril online, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2013 apontou que os números da violência contra a mulher no Brasil superam o total de homicídios com o registro de mais

de 50 mil casos de estupros em 2012. Sobre a violência contra a mulher no Brasil, marque V para afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A maioria dos casos de estupros no país está concentrada nas regiões Norte e Nordeste.
- () O Brasil possui uma lei que impõe punições rigorosas para a violência contra as mulheres no âmbito doméstico.
- () Grande maioria dos casos ocorre no local de residência da mulher e, em números significativos, tendo como agressor o companheiro.
- () Desde que a Lei Maria da Penha entrou em vigor, na década de 1990, o número de violência contra as mulheres vem diminuindo gradativamente.

A sequência está correta em:

- a) F, F, V, V.
- b) F, V, V, F.
- c) F, V, F, V.
- d) V, F, V, F.
- e) V, V, F, F.



A afirmação de que a maioria dos casos de estupro no país está concentrada nas regiões Norte e Nordeste depende da forma como os dados são apresentados. Em termos relativos, essa informação pode ser considerada correta; entretanto, em termos absolutos, a maior concentração ocorre na região Sudeste.

O Brasil possui uma legislação que prevê punições rigorosas para a violência contra mulheres no âmbito doméstico: a Lei Maria da Penha, instituída em 2006. A maior parte dos casos ocorre na residência da vítima e, em número significativo, o agressor é o próprio companheiro. Em termos proporcionais, a maior incidência de casos de estupro ocorre, de fato, nas regiões Norte e Nordeste.

06. (INSTITUTO ACCESS/PREFEITURA DE APIÁÍ – SP/OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS/2025)

Uma ferramenta vem sendo amplamente incorporada por órgãos públicos no Brasil e defendida pelos entusiastas de ações mais efetivas no enfrentamento ao crime, mas também é criticada por especialistas, que ressaltam a falta de mecanismos de controle externo, padrões técnico-operacionais uniformes e transparência na implementação dos sistemas. O sistema que funciona por meio de câmeras de monitoramento tem sido adotado até por clubes de futebol em seus estádios. Trata-se do:

- a) Monitoramento digital.

- b) Reconhecimento facial.
 - c) Scanner da íris.
 - d) Cadastro Digital de Pessoa Física.
-

07. (INSTITUTO ACCESS/PREFEITURA DE APIAÍ – SP/ESCRITURÁRIO/2025) Em março de 2025, a Polícia Federal realizou a Operação Caça ao Tesouro, envolvendo ações em diferentes estados. Considerando os objetivos da operação e seu impacto financeiro, é correto afirmar que ela:

- a) Enfrentou uma quadrilha envolvida em fraudes contra o sistema previdenciário nacional, com prejuízo milionário ao INSS.
- b) Tinha como foco o combate ao tráfico internacional de armas, com prejuízo estimado em R\$ 200 milhões.
- c) Apurou o uso de aposentadorias falsas para a obtenção de passaportes diplomáticos e tráfico de influência no exterior.
- d) Visava desarticular uma rede de lavagem de dinheiro envolvendo empresas de fachada do setor de transportes.



Não se trata de tráfico internacional, nem de fraude relacionada à aposentadoria, tampouco de empresa de fachada no setor de transportes.

08. (QUADRIX/CORE-BA/AUXILIAR ADMINISTRATIVO/2025) O Brasil registrou um total de 38.722 assassinatos em 2024, segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública atualizados nesta quarta-feira (5/3).

Internet: <www.g1.globo.com>. Adaptado)

Com base nos dados a respeito da violência no Brasil nos anos de 2023 e 2024, é correto afirmar que:

- a) A unidade da Federação que apresentou o maior número de assassinatos em 2024 foi São Paulo, seguido do Rio de Janeiro.
- b) Houve uma queda no número de assassinatos em 2024, comparando-se a 2023, da ordem de 5%.
- c) Os estados da Bahia e do Ceará, em 2024, foram os que apresentaram maiores quedas no número de assassinatos, em relação ao ano anterior.
- d) As mortes decorrentes de intervenção policial mostraram significativo aumento de 2023 para 2024, mostrando a necessidade de mudanças nas políticas públicas de segurança.



35m



e) Os feminicídios, de modo geral, apresentaram aumento de casos em 2024, comparando-se a 2023, no entanto, aqueles cometidos em domicílio mostraram redução.

Considerando que São Paulo possui mais de 46 milhões de habitantes, é esperado que apresente o maior número absoluto de assassinatos. A segunda unidade da Federação que apresentou maior número de assassinatos em 2024 foi Minas Gerais.

Houve redução no número de assassinatos em 2024 em comparação com 2025. Os estados da Bahia e do Ceará não foram os que apresentaram as maiores quedas no número de assassinatos. As mortes decorrentes de intervenção policial apresentaram aumento, porém não de forma significativa. Os feminicídios, de modo geral, registraram crescimento em relação ao ano anterior; contudo, aqueles cometidos em domicílio não apresentaram redução, mas sim aumento.

09. (UNIVALI/SEMASA DE ITAJAÍ – SC/ANALISTA DE PLANEJAMENTO/2024) Crise de Segurança Pública no Brasil

O governo corre para apresentar soluções que apaziguem a crise de segurança pública que tem atingido diversos estados brasileiros. “Não são fatos isolados”, afirma a socióloga Maria Isabel Couto, diretora de Dados e Transparência do Instituto Fogo Cruzado. Segundo ela, as repetidas cenas de violência em diferentes pontos do país apontam para um problema estrutural.

“O que a crise na segurança pública do Rio e da Bahia, principalmente, mas também de São Paulo, tem em comum é um modelo de segurança pública falido. Um modelo que preza o confronto, que não preza ações de inteligência, ações de investigação, que não é baseado em evidências, e por isso há mais de três décadas tem gerado os mesmos resultados”, avalia. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que o Brasil teve cerca de 47,5 mil pessoas mortas por violência em 2022, levando em consideração crimes de homicídio, roubo armado e agressões, entre outros.

(Fonte: <https://encr.pw/oDal7>. Adaptado.)

Com base no texto fornecido, assinale a alternativa correta sobre a crise de segurança pública no Brasil e suas causas.

- a) Segundo o texto, a crise de segurança pública no Brasil é decorrente de eventos aleatórios e não tem relação com um modelo falido de segurança. A citação dos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública é apresentada como uma explicação suficiente para a situação.
- b) O texto destaca que a crise de segurança pública que tem atingido diversos estados brasileiros não é um fenômeno isolado, mas um problema estrutural decorrente de um

modelo falido de segurança. A socióloga Maria Isabel Couto ressalta que a repetição das cenas de violência em diferentes pontos do país aponta para a ineficácia desse modelo.

c) O texto sugere que a crise de segurança pública é um fenômeno isolado e pontual, afetando apenas alguns estados brasileiros específicos. Não há menção à avaliação crítica sobre o modelo de segurança pública adotado no país.

d) O texto sugere que a crise de segurança pública no Brasil é causada exclusivamente pelo aumento do número de pessoas mortas por violência em 2022, sem considerar outras causas estruturais relacionadas ao modelo de segurança adotado no país.



De acordo com o texto, a crise de segurança pública no Brasil não decorre de eventos aleatórios e está relacionada a um modelo falido. A crise de segurança pública atinge diversos estados brasileiros, não sendo um fenômeno isolado, mas sim um problema estrutural decorrente de um modelo ineficaz de segurança. A socióloga mencionada enfatiza que a repetição de cenas de violência em diferentes regiões do país evidencia essa ineficácia. Não é verdade a atribuição da crise exclusivamente ao aumento do número de pessoas mortas por violência em 2022, desconsiderando causas estruturais.



10. (QUADRIX/CRN/2024) Com base nos dados apresentados nos infográficos acima, assinale a alternativa correta.

- a) A queda de homicídios no Brasil foi tão significativa que o número do período pode ser comparado a países considerados desenvolvidos.
- b) O número de jovens assassinados mostra que o desemprego estrutural é a maior causa para que metade dos jovens seja vítima de homicídio.
- c) O problema da violência no Brasil está na falta de investimento, pois R\$ 150 bilhões no período analisado não conseguem conter o índice de mais de seiscentas mil mortes violentas.
- d) O índice de jovens de 15 a 29 anos de idade assassinados no Brasil contribui para o envelhecimento que a população brasileira vem enfrentando.
- e) Os dados do gráfico demonstram que um maior volume de armas de fogo nas mãos da população aumentou a taxa de homicídios do país.



A afirmação de que a queda de homicídios no Brasil foi tão significativa a ponto de ser comparada aos índices de países desenvolvidos é incorreta. A ideia de que o número de jovens assassinados indicaria que o desemprego estrutural seria a principal causa para que metade deles esteja envolvida em situações de violência também não procede. A análise aponta, em vez disso, para fatores como racismo estrutural e violência estrutural; não é o desemprego que explica os altos índices de homicídios. O problema da violência está relacionado à falta de investimentos eficazes, uma vez que os 150 bilhões de reais aplicados no período analisado não foram suficientes para conter mais de 600 mil mortes violentas. A afirmação de que o alto índice de jovens de 15 a 29 anos assassinados contribui para o envelhecimento da população é incorreta.

Os dados do gráfico indicam que o aumento do volume de armas de fogo em posse da população eleva a taxa de homicídios no país. Dessa forma, quanto maior for o número de armas em circulação, maior tende a ser a taxa de homicídios.

11. (MS CONSULTORIA/PREFEITURA DE VEREDA – BA/NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO/2024)

LÍDER INDÍGENA É MORTO A TIROS PRÓXIMO DE ALDEIA, NA ESTRADA DE PAU BRASIL, NO MUNICÍPIO DE ITAJU DO COLÔNIA.

A vítima foi o cacique de uma aldeia Pataxó Hã-Hã-Hã, atingido fatalmente na tarde de 21.12.2023. Em nota publicada nas redes sociais, representantes da Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu disseram que a vítima foi alvo de emboscada por pistoleiros na entrada da Aldeia do Rio Pardo, próximo da aldeia Caramuru.

(POR: G1 BAHIA) – (21.12.2023)

Marque o local regional onde o fato aconteceu.

- a) No Norte da Bahia.
- b) Na fronteira da Bahia com Sergipe.
- c) No Sul da Bahia.
- d) No Oeste da Bahia.
- e) Na fronteira da Bahia com o Piauí.



Os Pataxó se localizam no norte de Minas e no sul da Bahia.

GABARITO

01. c**02. d****03. c****04. a****05. b****06. b****07. a****08. b****09. b****10. e****11. c**

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pela professora Rebecca Caroline Rocha de Souza Guimarães.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.
